

## **Anadia acolheu Encontro Nacional CPCJ**

A cidade de Anadia recebeu, durante três dias, o Encontro Nacional das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), iniciativa que reuniu mais de 700 participantes, entre técnicos, dirigentes, especialistas e representantes institucionais ligados à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens. A sessão de encerramento foi presidida pela Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes.

Durante o Encontro foi apresentado o Relatório Anual de Avaliação das Atividades das 315 CPCJ, documento que traça o retrato nacional da intervenção desenvolvida em prol da proteção das crianças e jovens em Portugal.

A programação integrou diversos painéis temáticos, com a participação de especialistas de referência nacional, abordando temas centrais como a prevenção do risco, a saúde mental, os direitos das crianças, a intervenção comunitária e os desafios emergentes na proteção infantojuvenil.

Na sessão de encerramento, o presidente da Câmara Municipal de Anadia, Jorge Sampaio, destacou a importância da realização deste tipo de encontros. “Foram três dias de debate, reflexão e aprendizagem centrados na defesa das nossas crianças. É fundamental promover o trabalho em rede e reforçar o diálogo entre as CPCJ que atuam diariamente no terreno”, afirmou.

O autarca sublinhou ainda que o trabalho desenvolvido pelas CPCJ na defesa das crianças e jovens “é de enorme relevância”, defendendo a realização destes encontros como forma de reforçar a capacidade de resposta e de sensibilização perante situações de risco. “Todos devemos estar cada vez mais atentos e preparados para agir”, acrescentou.

“Foi uma honra para Anadia acolher este Encontro Nacional, bem como corresponder à confiança depositada na nossa capacidade organizativa”, referiu ainda, deixando uma palavra de agradecimento a todos os participantes e entidades envolvidas.

Por sua vez, a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, aproveitou a ocasião para esclarecer os objetivos da nova lei que criou a Comissão Nacional para os Direitos das Crianças e Jovens, entidade que sucede à anterior Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, definindo uma nova estrutura, competências e modelo de funcionamento.

A governante sublinhou que esta alteração surge da necessidade de reforçar e modernizar o sistema de proteção, frisando que o objetivo “é sempre melhorar” e garantindo que as CPCJ “não estão sozinhas”.

“O Governo estará sempre disponível para ouvir as vossas inquietações e preocupações, para que possamos assegurar um sistema de proteção robusto, capaz de responder à crescente complexidade das situações”, afirmou.

A realização deste Encontro Nacional em Anadia reforçou o papel do concelho na promoção de iniciativas de dimensão nacional e na dinamização de debates fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e protetoras das novas gerações.

